



**ACÓRDÃO Nº690/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11550/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Ivanhoé Amazonas Mendes Filho , Diego Roberto Afonso e Paula Andrea Kanzler Soares (Gestores)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1800/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Regularidade com ressalvas.  
Alcance. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, que figurou como Responsável pela Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF, no curso do exercício de 2017, nos termos dos art. 22, III, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, III, “a”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Diego Roberto Afonso, nos termos dos art. 22, II, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM, levando-se em consideração, inclusive, o curto período em que o mesmo ocupou o cargo de Gestor da Secretaria;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Paula Andrea Kanzler Soares, nos termos dos art. 22, II, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM, levando-se em



**ACÓRDÃO Nº690/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

consideração, inclusive, o curto período em que a mesma ocupou o cargo de Gestora da Secretaria;

**10.4. Considerar em Alcance** o Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho no valor de **R\$790,19**, devidamente discriminado nas impropriedades 01 e 02 da Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, no valor de **R\$ 790,19** (setecentos e noventa reais e dezenove centavos), nos termos do art. 307, *caput*, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades detectadas nos itens 01 e 02 da Proposta de Voto; esta deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.6. Determinar à origem que:**

**10.6.1.** Diligencie de forma a sanar as irregularidades de natureza patrimonial abordadas nesta Proposta de Voto;

**10.6.2.** Observe os prazos de recolhimento dos valores devidos ao INSS, a fim de que se evite a cobrança de multas e juros.

**10.7. Dar ciência** aos Responsáveis, Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, Sra. Paula Andrea Kanzler Soares e Sr. Diego Roberto Afonso, sobre o deslinde deste feito.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, proferido em sessão, que concorda com mérito, porém com aplicação de multa mínima ao Gestor pelas reprovação das contas.*



**ACÓRDÃO Nº690/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Julho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral